

QUALIFICAÇÃO Além da atualização técnica, o projeto pretende reforçar o papel da classe contábil como parceiro estratégico das organizações

Sindicontábil lançará ecossistema para geração de negócios

OSNI MACHADO

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A criação de uma rede permanente de relacionamento, qualificação e geração de negócios para profissionais da contabilidade é a proposta do Ecossistema Sindicontábil, iniciativa que será lançada pelo Sindicontábil Porto Alegre no dia 30 de julho, das 18h às 21h30, no Salão de Eventos do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul (Senge), na avenida Érico Veríssimo, na Capital. O projeto surge em um momento de profundas transformações na profissão, impulsionadas pela reforma tributária, pelo avanço da inteligência artificial e pela digitalização dos processos fiscais, que exigem dos contabilistas uma atuação cada vez mais estratégica junto às empresas.

De acordo com a presidente do Sindicontábil Porto Alegre, Lori Quevedo, o

Ecossistema foi concebido para aproximar profissionais, empresários, especialistas e instituições em um ambiente permanente de cooperação, intercâmbio de conhecimento e desenvolvimento de soluções para os desafios da área. "A iniciativa pretende consolidar uma rede de relacionamento voltada ao fortalecimento da classe contábil", afirma.

A proposta vai além da realização de encontros periódicos. O objetivo é ampliar o networking entre os participantes, estimular parcerias, incentivar a troca de experiências e criar oportunidades de negócios. Para isso, o Ecossistema foi estruturado em quatro eixos: receita, com clube de benefícios B2B e indicação de clientes; eficiência, por meio de convênios com fornecedores de softwares contábeis e soluções de automação fiscal; autoridade, com cursos, certificações e mentorias; e comunidade, reunindo

lideranças do setor, profissionais experientes, jovens contabilistas, empreendedores e representantes das iniciativas pública e privada em grupos de relacionamento e rodadas de negócios.

Segundo Lori, a qualificação profissional é um dos pilares da iniciativa, em um cenário no qual a atualização técnica deixou de ser apenas um diferencial competitivo para se tornar uma necessidade permanente. As mudanças provocadas pela transformação digital, pela inteligência artificial e pela modernização da legislação tributária têm ampliado a demanda por profissionais capazes de atuar de forma consultiva, auxiliando empresas na tomada de decisões e na gestão dos riscos fiscais e financeiros.

A programação do Ecossistema será composta por painéis, palestras e debates sobre inovação, gestão empresarial, sustentabilidade, transformação digital, governança, legislação tributária e perspectivas econômicas. A reforma tributária ocupará posição central nas discussões, uma vez que o período de transição do novo modelo de tributação do consumo, com a implantação do Impos-



SINDICONTÁBIL/DIVULGAÇÃO/JC

Lori destaca que qualificação profissional é um dos pilares da iniciativa

to sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), vem mobilizando empresas, escritórios contábeis e entidades de classe em todo o País. No Rio Grande do Sul, a expectativa é de que o segundo semestre concentre boa parte das atividades voltadas à preparação dos profissionais para as novas regras.

Além da atualização técnica, o projeto pretende reforçar o papel do profissional da contabilidade como parceiro estratégico das organizações. Atividades como análise de indicadores, planejamento financeiro, consultoria tributária, gestão de riscos e apoio à

governança corporativa passam a integrar, de forma cada vez mais intensa, a rotina dos escritórios e das empresas.

Para Lori, o lançamento do Ecossistema representa uma nova etapa na atuação do Sindicontábil Porto Alegre. "O fortalecimento da Contabilidade depende da capacidade de unir pessoas, compartilhar conhecimento e preparar os profissionais para um ambiente de negócios cada vez mais digital e dinâmico. O ecossistema integra a estratégia da entidade para ampliar o protagonismo da classe contábil e contribuir para o desenvolvimento econômico do Estado", pontua.

Receita dá a receita

Rio Grande do Sul mantém liderança e bate novo recorde de destinações do IRPF

O Rio Grande do Sul consolida-se em 2026, mais uma vez, como o Estado com maior índice de destinação cidadã do Imposto de Renda de Pessoa Física aos fundos locais em todo o Brasil. No total, os fundos de direitos sociais - o Fundo Estadual e os Fundos Municipais dos direitos da Criança da Pessoa Idosa - receberam R\$ 51.331.597,45. Isso equivale a 5,52% do potencial absoluto baseado nas declarações do IR feitas por contribuintes com endereço no RS. O percentual equivale a quase o dobro da média nacional (2,51%) e coloca o estado logo à frente do Mato Grosso (com 5,22%) e de Santa Catarina (4,69%). Os resultados de 2026 traduzem um crescimento em relação ao ano passado - quando as destinações aos fundos sociais gaúchos chegou a R\$ 49,9 milhões - mas mostram também uma queda percen-

tual nas destinações feitas pelos riograndenses. Levando-se em conta o endereço do doador e não do fundo beneficiado, o RS ficou atrás do Mato Grosso. Lá, os contribuintes destinaram 5,27% do potencial regional e nos ultrapassaram. As destinações feitas pelos gaúchos ficaram em 5,13%, tendo os fundos locais recebido valores relativamente maiores vindos de fora do Estado. Outro destaque de 2026 foi Santa Catarina, que ultrapassou Goiás e neste ano ocupa a terceira posição no ranking, tanto dos Estados que percentualmente mais destinaram como na lista daqueles cujos fundos sociais mais receberam recursos. A destinação de até 6% do Imposto de Renda devido pode ser feita dentro da declaração anual, por todos os contribuintes que a preenchem no modelo completo. Os recursos são depois alocados - pelos Conselhos gestores - nos mais diversos projetos apresentados por entidades sociais em toda a região coberta por cada Fundo.

TRIBUTOS

Percentual de MEI é maior na alta renda

Um perfil do MEI (Microempreendedor Individual) traçado pela Agência Follhappress a partir de uma série de estudos privados e de órgãos públicos mostra que o percentual de utilização desse tipo de empresa é maior nas faixas de renda mais elevadas do que entre a população mais pobre. Os dados também apontam que o rendimento médio desses profissionais é superior ao de empregados com carteira assinada e demais trabalhadores que atuam por conta própria.

As propostas do governo e do Congresso para ampliar esse regime especial de

tributação, portanto, tendem a beneficiar justamente aqueles que estão longe de serem o público-alvo do programa, ou seja, pessoas na informalidade e em situação de vulnerabilidade.

Dados do Sebrae mostram ainda que, nos últimos anos, a maioria das pessoas que se registraram como microempreendedores (60%) eram empregadas com registro formal antes de virar "pejota". E mais da metade trabalha, na prática, como se fosse assalariada, a exemplo da vendedora de equipamentos médicos Carine Leão, 47.

A empresa que a contratou permitiu a escolha do re-

gime de trabalho: MEI, pequena empresa ou CLT. Ela optou pelo primeiro. "A empresa oferecia salário fixo e comissão maiores em contrato com MEI. Os benefícios do regime celetista não compensavam a diferença", afirma.

O governo federal enviou um projeto ao Congresso que prevê um teto de R\$ 110 mil para 2027 e R\$ 140 mil em 2028. Também aumenta de um para dois o número de empregados que podem ser contratados por empresas desse porte. A proposta é resultado da pressão do Legislativo para compensar um esperado aumento de custos com o fim da escala 6x1.